

HOMENAGEM PÓSTUMAS AO PAI DA CANOAGEM BRASILEIRA

João Tomasini Schwertner

22/01/2021



Hoje estaria completando 62 anos.

Meu primeiro contato foi através de telefone no ano de 1987, época em que Associação Comunitária de Estudantes de Ibaiti - ACEI, a qual eu fazia parte, resolveu realizar um Festival de Canoagem na Cidade de Tomazina para angariar fundos para as suas despesas mensais de transporte.

Como não conhecia absolutamente nada de canoagem naquela época, foi necessário buscar auxílio em um período da história que não havia informações disponíveis com tanta facilidade como nos dias de hoje. Internet estava engatinhando com enormes dificuldades e com qualidade desanimadora. Celular, nem pensar. As alternativas mais apropriadas eram as páginas amarelas dos catálogos telefônicos.

Não me recordo como, mas de repente estava conversando por telefone fixo com um maluco no Estado do Rio Grande do Sul, chamado João Tomasini Schwertner. Super simpático e educado, ele queria me convencer que a melhor opção seria a criação de três associações e uma Federação no Estado. Na primeira conversa já vi que não poderia contar com o cara, pois os meus objetivos não tinha absolutamente nada a ver com o esporte, apenas com a questão principal de arrecadar verbas para a associação de estudantes.

No ano de 1988 realizamos o primeiro Festival com enorme sucesso de público e mídia, gerando uma receita fabulosa para a associação de estudantes. Isso se repetiu de 1989 até 1994, quando então, já com a Confederação Brasileira formada e a canoagem tomando rumo no Brasil, ele entrou em contato comigo para conhecer Tomazina e o nosso projeto. Só que para isso, eu precisaria criar uma Entidade desportiva....

Pelo sim, pelo não criei a ACANOPI – Associação de Canoagem do Norte Pioneiro, com sede na Cidade de Ibaiti, onde residia. Depois disso, agendamos o primeiro encontro pessoalmente, não tendo a menor ideia quem seria o sujeito. Eu teria que aguardá-lo na rodoviária de Ibaiti, distante a 300 km de Curitiba. O cara saiu de ônibus de Estrela (RS) para conhecer uma possível sede de canoagem no Brasil, foi uma viagem de “pinga-pinga” de 19 horas. No momento que vi um branquelo, naquela época já quase careca, não tive dúvidas.

Ficou em minha casa por dois dias, onde pude levá-lo a conhecer Tomazina, Tibagi, Ribeirão Claro entre outros locais próximos propícios para escolas de canoagem. Chegou com um monte de modelos de estatutos, regras e projetos para iniciação de escolas de canoagem. Nos anos seguintes, com o seu apoio, conseguimos fundar a ATOCA (Associação Tomazinense de Canoagem), ATICA (Associação Tibagiana de Canoagem) e ARCCA (Associação Ribeirão Clarense de Canoagem).

Em 1996 o Governo do Estado do Paraná começou a criar os Jogos Mundiais da Natureza para ser lançado no ano de 1997 como forma de gerar turismo para a Costa Oeste. Evidentemente que ao ser procurado pelo Estado e com a perspicácia de sempre, infiltrou-se com as pessoas-chaves da administração estadual e conseguiu inserir neste grande evento a Canoagem Maratona, Canoagem Slalom e Rafting, chegando ao ponto de conquistar, inclusive, um voo charter para os atletas de Canoagem Slalom participantes do Mundial em Três Coroas (provavelmente o único da história da canoagem internacional, pelo menos com um Boeing 747).

Com a visão aguçada de uma águia, criou a expectativa de que o Governo do Paraná não teria o que fazer com os caríssimos equipamentos adquiridos após o evento, os quais seriam todos de primeira linha vindos da Europa, pois a intenção era atuar com os principais atletas do mundo. Um dos grandes problemas do João sempre foi de que quando colocava algo na cabeça, não se desligava mais até ver concluída a ação. Por esse motivo analisou taticamente esta questão da seguinte forma: não tem nenhum sentido repassar esses barcos caríssimos de primeira linha para a Federação Paranaense que até então nem existia. Por outro lado o Governo do Paraná poderia enfrentar problemas em simplesmente repassar o material para a Confederação Brasileira de Canoagem, pois a sede estava no Rio Grande do Sul.

Com a cara de pau peculiar de um dos maiores articuladores que já conheci na minha vida, na minha presença ele ofereceu para a Paraná Esporte a seguinte troca, para cada embarcação de carbono seria oferecido para a Federação Paranaense três barcos de fibra de vidro (e para eu conseguir esse número de 3 não foi fácil, pois ele queria “mano a mano”, sendo que o valor de cada barco seria algo em torno uns cinco ou mais caiaque de fibra de vidro).

Depois desse episódio achei prudente grudar nesse sujeito, pois se tratava de uma pessoa extremamente perspicaz, honesta e, principalmente, “apaixonada”. Em toda minha vida, jamais encontrei alguém tão apaixonado por sua profissão. Paixão cega, que em não raras as oportunidades, acabou causando inúmeros problemas e constrangimentos em sua própria vida pessoal. Vários eventos e datas importantes no convívio familiar não pode estar presente em virtude de compromissos alvissareiros para a canoagem brasileira. Ele sofria muito com isso e, infelizmente, testemunhei esse sofrimento em alguns desses inúmeros episódios.

De 1998 a 2002 assumi a presidência da Federação Paranaense de Canoagem. Foram épocas realmente espetaculares para a canoagem paranaense, não pelo fato de uma gestão primorosa, mas simplesmente por haver fonte de receita. Foi o único período da história da FEPACAN e da própria canoagem brasileira que teve receita “boa”, não direcionada ao cumprimento de projetos pré-estabelecidos. Através da parceria com um bingo, conquistado pelo próprio João Tomasini, a FEPACAN conseguiu fazer vários eventos e auxiliar os atletas a participarem do circuito nacional na forma digna que mereciam. Infelizmente, somente os dinossauros paranaenses da canoagem vão se recordar disto.

Pela condução e transparência nas receitas adquiridas e pelo fato da minha formação pessoal, João convidou-me a auxiliar na administração da CBCa no ano de 1998 e a ser seu vice na chapa montada para o quadriênio 2000 a 2004. Foram anos extremamente difíceis, de mudanças no governo federal que causaram um caos econômico em várias entidades desportivas, dentre elas à própria Confederação Brasileira de Canoagem, pois de um momento para o outro resolveram considerar os bingos, que eram os grandes financiadores de praticamente todas as ações desportivas da época, como atividade ilícita.

Esse foi o período mais complicado da canoagem brasileira. As federações sobreviviam dos bingos assim como a própria CBCa e acabaram simplesmente amargando inúmeras consequências impostas pela própria legislação que previa a responsabilização das Entidades Desportivas e não das casas de bingos por eventuais não recolhimento de impostos. Medida surreal, pois todos os congressistas estavam cientes da evidente impossibilidade dos presidentes de entidades desportivas fiscalizarem a emissão diária de cartelas utilizadas por todo o Brasil.

A Receita Federal, assim como o próprio judiciário, ao invés de aceitarem a responsabilização solidária dos empresários de bingos, até mesmo para possibilitar eventuais defesas das entidades desportivas com o devido demonstrativo das apostas, preferiram seguir com visão de antolhos, de onde acabaram ceifando, por corolário, as atividades de dezenas de entidades desportivas por todo o Brasil e, pior, ficando sem receber a dívida que se arrasta até hoje pois se tratavam de valores ridicularmente fora do contexto desportivo.

A Confederação Brasileira de Canoagem só não fechou suas portas no ano de 2000 por conta do otimismo, perseverança e conhecimento de bastidores do Presidente João Tomasini. Formado, atuante no Direito Desportivo desde 1990 e na condição de Vice-Presidente, foram inúmeras as vezes em que literalmente “joguei a toalha”. Não via mais nenhuma solução para a continuidade não só da Entidade maior, como também de todas as federações no Brasil, ou seja, seria o fim da canoagem brasileira.

Nesta época surgiu uma terceira pessoa que foi fundamental para suportamos o calvário que se desenhava institucionalmente. André Behs, com sua irritante mania de exatas, peculiar a um bom engenheiro, foi a palavra moderadora entre o otimismo sempre exacerbado do Presidente e o negativismo de um conhecedor das consequências impostas pela legislação. Diplomáticamente ele nos convenceu que a primeira solução seria extinguirmos todos custos da CBCa, a começar pelo auxílio por km rodado de cada atleta de uma associação. “Menina dos olhos” do Presidente. Esse foi o projeto que socializou a participação de atletas fora do eixo sul-sudeste e permitiu que atletas do Pará, Bahia, Tocantins e vários outros estados estivessem com um número razoável de participantes nos eventos nacionais. Foi extremamente doloroso para ele o corte desse projeto em especial, porém não havia alternativa para este e para os demais projetos em execução. As únicas ações que continuaram acontecendo foram os eventos, onde as verbas eram específicas advindas do Ministério de Esporte.



Neste período começou uma saraivada de críticas por parte dos atletas de todas as modalidades, pois não havia mais condições de investimentos em nenhuma modalidade. De herói e respeitado presidente, passou a ser execrado pela maioria das pessoas que não entendia ou que não queria entender os motivos da fase lamentável do esporte nacional.

Entretanto, como sempre aconteceu na vida do João Tomasini, quando não se via mais luz no final do túnel ele batalhava incondicionalmente por uma solução. Foi assim que em 16 de julho de 2001, foi sancionada a Lei 10.264, a chamada Lei Agnelo/Piva, fruto de um trabalho exemplar do Comitê Olímpico Brasileiro para, ao menos, **resguardar as atividades olímpicas no Brasil**. À partir de então, aliviou-se a situação da própria Entidade CBCa, juntamente às disciplinas de Canoagem Velocidade e Canoagem Slalom que estariam definitivamente salvas.

Através de incentivo do Comitê Olímpico que já desejava a realização de Jogos no Brasil, e com a mesma dedicação e entusiasmo que marcou a criação da Entidade Nacional, João Tomasini direcionou boa parte do seu tempo para as Entidades Sul, Pan-americana e Federação Internacional de Canoagem. Um dos maiores conhecedores dos bastidores da canoagem mundial, João Tomasini era exímio articulador político, tanto que chegou à Vice-Presidência da Federação Internacional de Canoagem nos períodos de 1998 a 2008 (2º Vice) e de 2010 a 2014 (1º Vice), sem falar nas presidências da Confederação Pan-americana e Federação Sul-americana.

Como bem destacou o amigo Lars Graef em homenagem póstuma: “o dirigente empreendedor do esporte brasileiro”.

Auxiliou muito na luta para se conseguir os votos necessários para o Brasil ganhar a sede dos Jogos Olímpicos. Batalhou por votos através de seus amigos membros do COI que participaram da histórica eleição. Após o envolvimento contagiante neste processo olímpico, “coincidentemente” o BNDES bate às portas da CBCa com o seguinte discurso: queremos transformar a canoagem olímpica brasileira em uma das principais potências do mundo. O céu será o limite de investimentos, porém sempre através de projetos incentivados.

Com essa frase o Presidente e o vice quase infartaram por emoções distintas. Aquele, de imensa alegria, deixando transparecer que a luta havia sido ganha através de um horizonte maravilhoso que despontava. O motivo do quase infarto do vice foi diferente, fiquei extremamente preocupado com a necessidade de se criar uma estrutura gigantesca para se controlar os gastos e conseguir prestar contas na forma exigida, porém eu estava ciente de que a própria legislação restringia os gastos com a Entidade Meio.

Após muitas conversas junto ao próprio BNDES, chegou-se à conclusão da necessidade de se criar uma nova Entidade, pois o Ministério do Esporte havia nos alertado que quanto maior o valor do projeto, obviamente maior seria o tempo de análise. Sem a análise final do Ministério o BNDES não faria os depósitos subsequentes “**para nenhum outro projeto em atividade**”. Com o limite máximo imposto por Lei de 6 projetos por Entidade Desportiva, precisaríamos pelo menos de mais um CNPJ para os Projetos incentivados. Além disso, a CBCa já estava com problemas de certidões em decorrência de execuções fiscais relacionadas aos bingos. Não seria possível correr o risco de no meio da execução de um projeto, houvesse paralisação total por falta de certidões.

Auxiliei a Canoagem brasileira em todo esse processo, porém não conseguia mais dormir em virtude da dimensão e velocidade de crescimento que se vislumbrava para o nosso esporte. Cheguei na CBCa pesando 83 kg, pedi para sair da Diretoria exatamente nesse momento de euforia, já com 115 kg em virtude de problemas oriundos dessa permanente tensão sobre os investimentos públicos.

Somente quem nunca trabalhou **na execução** de projetos incentivados tem a capacidade de dizer que se trata de coisa simples. Definitivamente, não é. Sempre digo para os meus amigos e faço questão de deixar aqui registrado, fosse eu o Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem na época, a Entidade muito provavelmente não estaria com alguns dos problemas atuais. Entretanto, sem nenhum medo de errar, fosse eu o presidente da época o BNDES dificilmente teria conseguido chegar à sua meta qualitativa de transformar a canoagem brasileira em uma potência olímpica.

Fomos extremamente francos e transparentes com todos os nossos amigos, presidentes das Federações Estaduais, na exposição de motivos e construção da ABRACAN, inclusive para o próprio Rubens Pompeu, presidente da Federação de Brasília, ao qual rendo minha homenagem por ter acreditado no sucesso da canoagem brasileira e embarcado junto na condução do sucesso. Se existem medalhas no Brasil, muito se deve também a esse cara e aos demais que aceitaram participar. Sem a ABRACAN não haveria Ana Sátilla, Pepe, Isaquias e todos os demais ídolos nacionais que surgiram. Tudo de bom que aconteceu no ciclo olímpico 2012-2016, tem a participação definitiva do BNDES, mesmo que alguns ainda teimem em desconhecer o óbvio.

Retornando um pouco mais ao passado, estive com o João na assembleia do COB no Rio de Janeiro quando pela primeira vez a Entidade reuniu seus filiados para explicar os critérios de divisões da receita oriunda da Lei Agnelo/Piva. Se não falhar a memória eram 4 patamares de acordo com os resultados internacionais de cada Confederação: Nível 1= R\$ 4 milhões; Nível 2= 2 milhões; Nível 3= 1 milhão e Nível 4 = 700 mil reais. Evidentemente que a CBCa ficou com o último patamar.

Hoje, após os resultados alcançados com os investimentos do BNDES, o Senhor João Tomasini simplesmente colocou a canoagem no Nível 1 de investimentos dentro do COB e o esporte reconhecido como o que mais cresceu no ciclo olímpico 2012 a 2016, sendo extremamente respeitado em todas as esferas de governo, bastando, para isso, verificar as inúmeras mensagens de pêsames das mais altas autoridades de todo o País.



Agora, nem tudo são flores dentro dos projetos BNDES. Nosso maior erro foi inserir as Equipes Permanentes nestas ações. Vou repassar a quem interessar possa a minha experiência junto aos Projetos de Canoagem Slalom, onde a proponente era a Federação Paranaense de Canoagem, cuja certidão de aprovação do Ano 1, chegou há pouco mais de 4 meses (9 anos após o encerramento do Projeto), em Foz do Iguaçu.

Foram contratados dois treinadores estrangeiros, chegando em períodos de viagens a quatro treinadores estrangeiros. Todo mundo sabe que para o estrangeiro trabalhar em qualquer País, precisará de um visto de trabalho que se consegue junto ao Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério do Trabalho. Trata-se de um processo que pelas burocracias do Brasil, demora em torno de dois a seis meses para autorização, com acompanhamento diário e, se possível, auxílio de autoridades.

Todos os nossos projetos junto ao BNDES eram para o período máximo de 12 meses, com a afirmação do Ministério do Esporte e do próprio Patrocinador de que não haveria paralisações para novos depósitos, pois no penúltimo mês seria feita a prestação de contas parcial e no último a prestação final a qual já estaria tudo praticamente aprovado. Acreditando nessa assertiva, contratamos os treinadores pelo período máximo de dois anos. Antes que chamem essa ação de imatura, há que se lembrar que não teria sentido fazer por um ano e ao encerrar eles saírem do Brasil para novamente recomeçar um novo processo de contratação.

Entretanto, para nossa completa decepção, as análises de prestação de contas em Brasília, nunca foram inferiores a três meses e o depósito do BNDES outros dois ou três meses. Ou seja, para que não houvesse paralisações das atividades nesse *delay* a CBCa conseguia auxílio junto ao COB. Aí Começavam as confusões, pois o COB não pode pagar diretamente para a FEPACAN, tampouco a CBCa fazer repasse para a Entidade. Em assim sendo eram pagos diretamente na conta dos treinadores através de pagamento de diárias, sendo embutidas nela todos os benefícios trabalhistas para não haver qualquer tipo de prejuízo aos profissionais.

O Ministério do Trabalho quando viu que havia paralisações no recolhimento dos encargos quis saber o porquê. Mesmo com o entendimento da situação deixando de aplicar multas, exigiu que todos os encargos fossem recolhidos pela FEPACAN. Mas como recolher visto que não se pode utilizar verbas da Lei de Incentivo para pagar períodos não contemplados no Projeto tampouco para pagar dívidas? A consequência disso foi uma dívida de quase R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para a FEPACAN que teremos que quitar.

Da mesma forma que aconteceu com a FEPACAN deve ter acontecido falhas em outros projetos da CBCa/ABRACAN decorrentes da burocracia em Brasília e em decorrência dos contratos pré-determinados do BNDES que não davam margem a eliminarmos as constantes paralisações. Por exemplo, havendo qualquer problema de análise das contas, como a apresentação de um recibo x no Projeto da Velocidade, paralisava também os projetos de Slalom. Na verdade, uma loucura necessária para chegarmos a este patamar de reconhecimento.

Duas pessoas chaves para esclarecimentos de todos os projetos incentivados são Carlos Henrique Pedrosa e o próprio Diogo Tedeshi que eram exímios conhecedores das normas da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte. Esses dois profissionais terão que retornar à CBCa para que a CBCa possa utilizar a ferramenta que o próprio João, com a pastinha embaixo do braço, acabou conquistando o lob necessário para a aprovação da Lei 14.073/2021. Ambos, acompanhados da Ana Paula, são as pessoas que poderão indicar exatamente onde haverá necessidade de ajustes.

Eu não convivi nesse período em Curitiba junto ao escritório e não sei exatamente o que se passou, mas conheci o Sr. João Tomasini chegando em um ônibus “pinga-pinga” em minha cidade natal sem um pardal para dar água e sou conhecedor da triste e prematura partida, onde foram necessários os amigos se reunirem para quitação de três parcelas atrasadas do Plano de Saúde e pagamento da conta de luz de sua casa.

Ninguém dirige nenhuma entidade por 30 anos sem cometer erros. A mim o João é e será sempre considerado o grande pai da canoagem brasileira. A pessoa responsável em criar uma modalidade com duas disciplinas olímpicas de ponta para o Brasil. Simples assim.

Meu irmão siga em paz neste novo plano porque estaremos aqui para darmos continuidade à sua obra. Mesmo que se em algum momento tivermos que puxar sua orelha novamente pela impetuosidade, coragem e otimismo exacerbado, jamais deixaremos que a sua honra seja manchada. Seus filhos e amigos podem encher o peito e dizer, perdemos um ídolo do esporte nacional.

Você partiu, mas a amizade que um dia nos uniu para sempre viverá no meu coração. Adeus amigo e pode assegurar a todos aí em cima que quando chegar estarei na sua chapa, como sempre.



Argos Gonçalves Dias Rodrigues